

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.534 - RS (2019/0032145-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S/A
ADVOGADO : BRAZ FLORENTINO PAES DE ANDRADE FILHO - PE032255
AGRAVADO : MANOEL GOMES DE MORAIS
ADVOGADO : MÁRCIO LUIZ SIMON HECKLER - RS085295
INTERES. : COLOMBO MOTOS S/A
ADVOGADOS : ADEMIR BASSO - RS056781
GERMANO ANDRÉ PEDROTTI - RS086325
INTERES. : FARROUPILHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADOS : ADEMIR BASSO - RS056781
GERMANO ANDRÉ PEDROTTI - RS086325

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VÍCIO DO PRODUTO. DEFEITO EM MOTO ZERO QUILOMETRO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC**. DANO MORAL. VALOR. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

MANOEL GOMES DE MORAES promoveu contra COLOMBO MOTOS S.A (COLOMBO MOTOS), BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A SHINERAY DO BRASIL (BCI BRASIL CHINA) e FARROUPILHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (FARROUPILHA), ação de indenização por danos materiais e morais decorrente de vício do produto (defeito em moto zero quilômetro).

O pedido foi julgado parcialmente procedente (e-STJ, fls.256/263).

Recursos interposto em face da sentença, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de COLOMBO e outra, provendo parcialmente o apelo de BCI BRASIL CHINA, em acórdão assim ementado:

DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MOTOCICLETA ZERO QUILOMETRO. VÍCIO DO PRODUTO COMPROVADO.

Mantida a legitimidade da corré BCI Brasil China Importadora e Distribuidora S/A Shineray do Brasil para figurar no polo passivo da relação jurídico-processual.

VÍCIO DO PRODUTO.

Versando o caso sub judice sobre relação de consumo, a responsabilidade pelo vício do produto, prevista no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, conforme entendimento doutrinário, é objetiva e solidária em relação ao fornecedor e ao fabricante. Caso em que provada a existência de vício na motocicleta, zero quilometro, adquirida pelo autor.

DANOS MATERIAIS. CABIMENTO.

DANOS MORAIS.

Danos morais devidos, pois os constrangimentos e as frustrações sofridas pelo autor, que adquiriu um veículo zero quilômetro com vício de grande monta, bem como o descaso das demandadas em resolver os problemas verificados, são evidentes, ultrapassando o mero dissabor, especialmente porque, no caso, caracterizada ofensa aos direitos da personalidade.

QUANTUM INDENIZATÓRIO.

Merece ser mantido o valor da condenação fixada a título de danos morais, pois condizente com os aborrecimentos suportados pelo autor, levando ainda em conta que está em consonância com os parâmetros de razoabilidade utilizados por esta Câmara para casos semelhantes ao sub judice, considerando, ainda, que ela se deu de forma solidária.

DEVOLUÇÃO DA MOTOCICLETA.

Determinada a devolução das parcelas pagas pelo autor na aquisição da motocicleta e rescindido o contrato, devem as partes retornar ao status quo ante, com a devolução da motocicleta pelo demandante.

Majorado o valor da verba honorária fixada ao procurador do autor, conforme o disposto no §11 do art. 85 do CPC, levando ainda em conta os vetores constantes do §2º, incisos I a IV, desse artigo.

Preliminar rejeitada; primeira apelação desprovida e segundo recurso provido parcialmente (e-STJ, fls. 356/357).

Inconformada, BCI BRASIL CHINA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 186, 927 e 944 do CC/02, alegando, em síntese, que os danos morais foram fixados em valor exorbitante.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Inicialmente, registre-se que os arts. 186 e 927 do CC/02 não constituem imperativos legais aptos a desconstituírem os fundamentos declinados no acórdão no que se refere ao inconformismo quanto ao valor arbitrado a título de danos morais, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que entretanto deve ter assento na regra do art. 944 do CC/02. Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

Desta forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante. A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. 1. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 2. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE OBSERVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento é imprescindível que se demonstre de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Impositiva a incidência do

entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a redução ou majoração do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, sob pena de incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ. Proporcionalidade e razoabilidade observadas no caso dos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1655592/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 4/9/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/2015) - AÇÃO CONDENATÓRIA (INDENIZAÇÃO) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. O óbice da Súmula nº 7 do STJ inviabiliza o pleito de revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, se este não se revelar irrisório ou exorbitante, como no presente caso.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 996.785/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 28/8/2017)

No caso concreto, o valor fixado na sentença e mantido pelo Tribunal de origem para a indenização por danos morais (R\$ 9.370,00 – nove mil, trezentos e setenta reais reais), não se mostra exorbitante a justificar a excepcional intervenção desta Corte no presente feito.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar a verba honorária, pois já fixada no limite legal.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

